

O MODELO DE TRABALHO CONTEMPORÂNEO E A LUTA PELO FIM DA ESCALA 6X1

Lilian Cristina Gomes Ribeiro¹

RESUMO: Este artigo se propõe descrever as especificidades do modelo de trabalho na sociedade contemporânea capitalista e cada vez mais neoliberal, analisando como as mudanças econômicas, tecnológicas e sociais influenciam a maneira como os indivíduos e grupos enxergam o trabalho e seu papel em suas vidas. Em um mundo onde a precarização, a automação e as novas formas de organização do trabalho se tornam cada vez mais evidentes, é crucial compreender as implicações dessa relação social com o trabalho. O objetivo é descrever as consequências dessa dinâmica, através de uma análise crítica, buscamos elucidar os desafios e oportunidades que emergem nessa nova realidade, contribuindo para um debate mais amplo sobre o futuro do trabalho na sociedade contemporânea, assim como, compreender de que forma essa compreensão pode e está sendo usada como ferramenta para elaboração de políticas públicas na luta pelo fim da escala 6x1.

Palavras-chave: Trabalho. Contemporaneidade. Escala 6x1.

ABSTRACT: This article sets out to highlight the specificities of how work is perceived by contemporary capitalist and increasingly neoliberal society, analyzing how economic, technological and social changes influence the way individuals and groups view work and its role in their lives. In a world where precariousness, automation and new forms of work organization are becoming increasingly evident, it is crucial to understand the implications of this social relationship with work. The aim is to describe the consequences of this dynamic, through a critical analysis, seeking to elucidate the challenges and opportunities that emerge in this new reality, contributing to a broader debate on the future of work in contemporary society, as well as understanding how this understanding can and is being used as a tool for drawing up public policies in the fight to end the 6x1 work schedule.

449

Keywords: Work. Contemporaneity. 6x1 work schedule.

INTRODUÇÃO

A temática do trabalho na sociedade contemporânea é de vital importância, especialmente em um contexto em que as relações laborais estão em constante transformação. Marx (1864) considera o trabalho como a base da produção de riqueza, para ele, o trabalho é a atividade que transforma a natureza, permitindo a produção de bens e serviços. No entanto, na sociedade capitalista, essa transformação é mediada por relações de exploração, onde o

¹Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, com bolsa de incentivo da CAPES. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

trabalhador se torna uma mercadoria, na sociedade contemporânea, muitos dos conceitos de Marx ainda ressoam. O aumento da precarização, a desumanização do trabalho nas indústrias e a pressão constante por produtividade refletem a alienação e exploração que Marx descreveu, ao mesmo tempo, o crescimento de movimentos sociais e iniciativas que buscam resgatar a dignidade do trabalhador e promover melhores condições de trabalho é uma resposta à crítica marxiana, no entanto, a dificuldade de implementar políticas sociais em uma sociedade neoliberal está profundamente enraizada nas características e princípios que orientam essa abordagem econômica. O neoliberalismo, que ganhou destaque nas últimas décadas do século XX, é marcado por uma série de premissas que influenciam a forma como o Estado interage com a economia e a sociedade.

Em um contexto globalizado, caracterizado pela rapidez, pela incessante circulação de informações e pela exposição a diversas ideias e valores, a formação de referências coletivas e a sensação de pertencimento a um grupo tornam-se desafiadoras para os indivíduos contemporâneos. Imersos em um ambiente onde o consumismo e o individualismo dominam as interações sociais, as pessoas experimentam relações interpessoais marcadas pela competitividade, insegurança e uma busca crescente por privacidade, tornando-se, assim, cada vez mais isoladas e desconectadas em meio à multidão. Nesse contexto, o mundo do trabalho se revela um ponto de referência essencial para os processos de formação da identidade na nossa cultura. As complexas dinâmicas que emergem do contato (ou da falta dele) entre o indivíduo e sua atividade laboral representam um aspecto crucial da dinâmica das sociedades capitalistas, transformando-se em um elemento central na atual reestruturação produtiva.

450

O presente trabalho iniciará a discursão observando os modelos de trabalhos ao longo de tempo, e as características do modelo atual de trabalho, em seguida, buscarei compreender as consequências que podem ser observadas na sociedade atual pela relação do indivíduo-trabalho, e finalizar com uma análise sobre de que forma essas consequências incubaram a luta social pelo fim da escala 6x1, que deu início ao movimento VAT – Vida Além do Trabalho, assim como, descrever, como esse movimento têm sido ferramenta para formulação de políticas públicas até o momento.

O TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA CAPITALISTA

O capitalismo é repleto de contradições, especialmente no que diz respeito ao trabalho. Embora o trabalho seja uma fonte de humanização e a base da vida social, sob a lógica capitalista, ele se torna degradante, alienante e distante. A atividade laboral perde sua função original de

produzir bens que atendam às necessidades humanas e passa a servir aos interesses do capital. Marx explicou que, nesse sistema, o trabalhador se transforma em uma mercadoria, e sua miséria está diretamente relacionada à quantidade de riqueza que produz. Em suas palavras, quanto mais o trabalhador produz, mais pobre ele se torna, e a sua criação de riqueza resulta em uma desvalorização de sua própria condição. À medida que o valor dos bens aumenta, o valor humano diminui proporcionalmente. “O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral” (Marx, 1989b, p. 148). Bravermanb (1988) salienta que a produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua diferença específica é a compra e venda de força de trabalho.

Os capitalistas são os principais responsáveis pela intensificação do trabalho durante a história da sociedade, seu desejo de aumentar a produção resulta na ampliação das horas de trabalho ao máximo. Posteriormente, tanto eles quanto os trabalhadores percebem os problemas gerados por essa intensificação e, então, começam a investir em tecnologia, exigindo que os operários se adaptem ao novo ritmo acelerado. A análise de Dal Rosso (2008) se baseia no conceito de “tempo de não trabalho” que Marx desenvolveu, focando na luta dos trabalhadores por um descanso mais justo e no desgaste físico que enfrentam. Os trabalhadores buscam aumentar seu tempo de inatividade para evitar o cansaço excessivo, enquanto os empregadores, visando uma produção cada vez maior, tentam reduzir esse tempo de “porosidade”. Isso gera um conflito contínuo entre o desejo de intensidade no trabalho e a necessidade de descanso. O clamor por uma redução das horas de trabalho surge em resposta ao desgaste diário enfrentado pelos trabalhadores, que buscavam diminuir a jornada que já alcançava 12 horas. Esse cenário desencadeia uma intensa luta entre empregados e empregadores, onde a única alternativa parece ser a redução da jornada para aliviar a fadiga, com a máquina se tornando a vilã dessa história de intensificação. Com o avanço da Revolução Industrial, inicia-se um ciclo de intensificação que vai da extensão da jornada de trabalho à intensificação por meio de transformações tecnológicas nas empresas.

Navarro e Padilla (2007) observam a evolução da organização do trabalho no contexto do capitalismo, destacando como o desenvolvimento tecnológico se alinha à acumulação capitalista e à exploração dos trabalhadores. Eles examinam as influências do Taylorismo, Fordismo e Toyotismo, ressaltando que, apesar dos avanços, a exploração física e psíquica dos trabalhadores persiste. O Taylorismo, centrado na eficiência e controle do trabalho, aprofundou

a divisão entre concepção e execução, minimizando a autonomia do trabalhador. Segundo Braverman (1987), essa abordagem transformou a gerência, que passou a exercer um controle mais rigoroso sobre o trabalho, limitando a tomada de decisões do trabalhador.

O Fordismo, ao incorporar a linha de montagem, manteve a lógica taylorista, mas introduziu incentivos salariais. Contudo, gerou resistência entre os trabalhadores devido à mecanização e à perda de habilidades, resultando em absenteísmo e paralisações, apesar do aumento temporário nos salários, além desses novos elementos, o fordismo se preocupou com o trabalhador em sua vida fora do ambiente laboral, com o intuito de controlar elementos que poderiam afetar sua produtividade. Como lembra Gramsci (1991, p. 398) exacerbou-se a preocupação dos capitalistas em combater os “agentes destruidores da força de trabalho”: o álcool e o instinto sexual. A exigência de um novo perfil de trabalhador, em conformidade ao novo tipo de produção capitalista, tornou-se um elemento estratégico para a consolidação de um modo de subjetivação hegemônico, tal como ocorreu no próprio Taylorismo.

Entretanto, Antunes (2005b) salienta que, no início da década de 1970, o modelo fordista começou a enfrentar uma crise devido a diversos fatores, incluindo: a diminuição da taxa de lucro e o aumento dos custos da força de trabalho; a falência do sistema de produção taylorista/fordista, que já não conseguia responder à retração do consumo, uma consequência inevitável do desemprego estrutural que estava se instalando; o crescimento do setor financeiro em relação à produção; fusões de empresas que resultaram em uma maior concentração de capitais; e a crise do "Estado de bem-estar social", acompanhada de um aumento significativo nas privatizações. Tal cenário criou condições favoráveis para o surgimento de um novo modelo produtivo, que exigia reestruturações econômicas, sociais e políticas, dando espaço à "acumulação flexível". Harvey (1996, p. 140) afirma que:

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo [...] envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços” [...] Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” [...] a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo [...].

Esse modelo é frequentemente chamado de Toyotismo, uma vez que muitos de seus conceitos foram desenvolvidos na fábrica japonesa Toyota. Entre suas características, destacam-se: estoques mínimos; produção "Just in time" (na hora certa); adoção de novas tecnologias; desregulamentação dos contratos de trabalho; e a presença de empresas transnacionais. Além disso, esse sistema defende princípios como a privatização da máquina

estatal, a redução e flexibilização dos direitos sociais e salários com base em metas alcançadas, a aceleração da relação entre produção e consumo, o crescimento significativo do setor de serviços e da economia informal, e uma gestão organizacional focada em competências. (RIBEIRO; LEDA, 2018)

É notório que, apesar da promessa de maior qualificação e polivalência do trabalhador sob o Toyotismo, na prática, isso muitas vezes resulta em mais trabalho e intensificação da exploração, mantendo formas objetivas e subjetivas de controle sobre a força de trabalho. A reestruturação produtiva também é associada a um fortalecimento do controle dos empregadores, em meio ao enfraquecimento do poder sindical e ao aumento da precarização do trabalho. Apesar da luta de classes persistir, o movimento sindical enfrenta dificuldades significativas em se adaptar a essas novas realidades, muitas vezes abandonando a luta por direitos sociais em favor de uma agenda neoliberal. (NAVARRO; PADILHA 2007)

Diante das instabilidades de um mercado globalizado, a precarização estrutural se tornou parte da rotina dos trabalhadores. Para garantir sua sobrevivência, muitos buscam diferentes formas de sustento em seus empregos. Como resultado, cresce o número de pessoas que não veem o trabalho como um espaço de realização pessoal, apenas uma pequena parcela está envolvida em funções que permitem maior identificação e engajamento, a maioria permanece em certas empresas apenas por necessidade financeira e pelo receio de não encontrar outra oportunidade; se surgisse uma proposta mais vantajosa, mudariam de emprego com facilidade. Para esse grupo, o trabalho não é um objetivo em si, mas um meio para alcançar outras metas. (RIBEIRO; LÉDA, 2004).

453

As principais características dessa nova realidade incluem: a diminuição estrutural dos empregos e a precarização das relações de trabalho; um aumento da competitividade no mercado, que demanda constantemente individualização e inovação na produção; a flexibilização da estrutura de trabalho; a aceleração das tarefas e atividades, resultando na necessidade de maior qualificação e versatilidade dos trabalhadores.

Navarro e Padilha (2007) defendem que os indivíduos ainda fundamentam suas vidas na atividade profissional, e que a importância do trabalho se manifesta não apenas na economia, mas também na esfera psicológica. Na sociedade atual, o respeito é atribuído apenas àqueles que realizam funções essenciais para o funcionamento do capitalismo. A inclusão social, por meio do emprego e do salário, é a trajetória convencionalmente reconhecida. O reconhecimento e o

status social estão ligados à produtividade. Aqueles que estão desempregados, segundo a lógica capitalista, são vistos como indignos e sem valor.

A rapidez com a qual o capital obteve supremacia dessa racionalidade realça o extraordinário poder da tendência das economias capitalistas a converter, não apenas todas as demais formas de trabalho em trabalho assalariado, mas também no trabalhador como defensor da lógica capitalista. O trabalho, que deveria ser visto como um processo de criação de valor útil, se torna um meio para o lucro. Assim, o foco capitalista não está apenas na execução de tarefas, mas na maximização do retorno sobre o capital investido. O capital busca constantemente maneiras de aumentar a produção, e se organiza conscientemente desde a imposição de jornadas longas como forma de superexploração da classe trabalhadora até a adoção de tecnologias mais eficientes, visando extrair o máximo potencial da força de trabalho adquirida, assim como, maximizar a alienação da sociedade, garantindo a eficácia do sistema capitalista e da hegemonia da classe dominante.

CONSEQUÊNCIAS DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

É possível observar consequências da superexploração do trabalho a partir de diversas perspectivas e camadas, considerando que uma dessas consequências irá acarretar outra e assim suscetivelmente.

454

Martins (2001, p. 22) enfatiza o papel contemporâneo do trabalho na vida humana evidenciando paradoxos:

Ele [o trabalho] estrutura o tempo, enquanto o consome cada vez mais intensamente. Provê a rede central de relações, da mesma forma que retira o indivíduo do convívio de seus familiares e de outros círculos sociais. Dá significado e um papel a desempenhar, enquanto reduz a dignidade humana a sua utilidade nas engrenagens econômicas. É um direito disputado por muitos, ao mesmo tempo, que um dever indesejado por outros tantos.

Podemos por exemplo, perceber o processo de crescente aceleração do tempo causado pela crescente busca por eficiência para atender expectativas de produtividade exacerbada em um curto período, a qual poderá acarretar necessidade de alimentação focada em alimentos ultra processados e fast-foods, causando a diminuição da segurança alimentar, a qual pode levar a problemas de saúde. Outra vertente é a saúde mental da classe trabalhadora, a crescente necessidade de realização de atividades no menor tempo possível, pode acarretar exaustão,

ansiedade, depressão, ou seja, uma bola de neve causada pela superexploração da classe trabalhadora.

A constituição do capitalismo globalizado trouxe um novo modo de vida que, embora inovador, é resultado da combinação de elementos de modos de vida anteriores. Essa nova dinâmica impactou profundamente a classe trabalhadora, reformulando hábitos e criando uma percepção de tempo que se tornou hegemônica, moldando toda a vida social. No modo de produção capitalista, a esfera econômica se tornou a dimensão central que articula e reconfigura outras esferas da vida social. Essa "autonomização" da economia não apenas determina, mas redefine as relações sociais, promovendo uma nova relação com o tempo e o trabalho. Assim, a economia estrutura e dá unidade ao modo de produção, implicando uma aceleração do tempo histórico e a formação de um novo modo de vida que incorpora diversas temporalidades interligadas. Essa percepção de tempo acelerado na sociedade contemporânea está, portanto, profundamente enraizada nas transformações trazidas pelo capitalismo, refletindo um processo histórico contínuo de secularização e redefinição das relações sociais e temporais. (CABRALES SALAZER, 2012)

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro polo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador (Marx, K. O Capital, Volume II, 1996, pg. 358).

A superexploração da classe trabalhadora é, portanto, ferramenta planejada de controle dessa classe, o trabalhador concorda com a venda de sua força de trabalho, e o capital, novamente, conscientemente articula a vida social do trabalhador, que vive em busca da realização através do trabalho, o qual acaba vendendo não apenas sua força de trabalho, mas seu tempo, sua vida.

A aceleração do tempo pelo trabalho é uma questão complexa e multifacetada, refletindo as transformações sociais, tecnológicas e econômicas da sociedade contemporânea, e é apenas uma das camadas de consequências da superexploração do trabalho. Essa problemática se manifesta em diversas dimensões, como a (I) intensificação das jornadas de trabalho, como a escala 6x1, causada pela demanda por produtividade e eficiência, a pressão para cumprir prazos e metas, ocasionando ritmo desumano de trabalho, que esgota cada vez mais os trabalhadores;

(II) cultura da produtividade, a crescente valorização da produtividade na sociedade capitalista gera uma percepção de que o tempo deve ser sempre otimizado, e tal perspectiva, pode levar à desvalorização de atividades que não geram retorno imediato, como o lazer, o autocuidado e os relacionamentos interpessoais, o tempo livre é frequentemente visto como tempo "perdido", contribuindo para um ciclo de estresse e insatisfação; (III) resistência a novas perspectivas, ao nos deparar com essa realidade, movimentos sociais e iniciativas em prol de uma mudança na percepção do trabalho emergem, no entanto, ao percebermos que por conta de uma estratégia eficaz do capitalismo neoliberal, grande parte da classe trabalhadora na atualidade, age como defensora da classe dominante, e dissemina o discurso hegemônico de que "o trabalho dignifica o homem", ou qualquer um desses ditados populares que costumamos perpetuar, a luta por direitos trabalhistas enfraquece, pois a própria classe trabalhadora condena os movimentos sociais afirmando serem frutos de uma geração que não quer trabalhar, ou uma geração preguiçosa.

Byung-Chul Han (2017), analisa o impacto da cultura de desempenho e produtividade na saúde mental na sociedade contemporânea, o conceito de "violência neuronal" é usado para descrever os distúrbios psicológicos modernos, como síndrome de burnout, depressão e transtorno de déficit de atenção, que estão diretamente ligados ao capitalismo neoliberal. Han descreve a "sociedade do desempenho" como uma mudança do modelo disciplinar, em que as pessoas não mais se submetem à autoridade externa, mas seriam pressionadas a se autossuperar, criando a falsa ilusão de liberdade.

456

O autor critica a busca incessante por produtividade, criatividade e eficiência, apontando que essa busca, embora pareça libertadora, leva a um ciclo de autodestruição, e salienta que, sociedade contemporânea, não mais cria "loucos" ou "delinquentes", mas "fracassados" e "depressivos", indivíduos que não conseguem atingir um ponto de satisfação e vivem em um estado de exaustão permanente. A pressão pela autorrealização, amplificada pelo mercado e pelas exigências sociais, leva a uma nova forma de exploração: a auto exploração. Han argumenta que a ênfase excessiva na positividade impede o descanso e favorece uma forma de escravidão voluntária, onde a "liberdade" se torna uma obrigação de desempenho constante, culminando no colapso psíquico. (HAN, 2017)

Han ainda critica a forma como a sociedade neoliberal transforma a busca pelo sucesso em uma força destrutiva, onde os indivíduos se tornam vítimas de suas próprias exigências, e a vida é reduzida a um eterno ciclo de auto exploração sem possibilidade de descanso ou realização

genuína. Embora o projeto neoliberal conte com o apoio significativo da classe média alta e dos novos ricos, é possível afirmar que, apesar de não atender diretamente aos interesses das classes trabalhadoras, seu discurso ideológico se disseminou amplamente na sociedade. Esse discurso tem conseguido atrair apoio para suas propostas privatizantes, especialmente no que se refere a críticas aos gastos excessivos do Estado e aos privilégios dos servidores públicos. Isso revela um novo domínio ideológico da burguesia no Brasil (BOITO, 2004).

Considerando essa perspectiva, busquei encontrar movimentos sociais que trabalhassem na contramão desse discurso neoliberal, e que lutasse pelo direito dos trabalhadores, com a união da classe trabalhadora, não pela individualização, como ferramenta para constituição de direitos e formulação de políticas públicas, sendo assim, irei a seguir destacar o movimento VAT e sua luta pelo fim da escala 6x1 até o momento.

A LUTA DA CLASSE TRABALHADORA PELO FIM DA ESCALA 6X1

É mister observarmos os retrocessos nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil após a implantação da ditadura civil-militar em 1964. O golpe, apoiado por setores conservadores e o imperialismo norte-americano, interrompeu um período de crescente mobilização popular em torno de reformas sociais promovidas pelo governo de João Goulart, que buscava a justiça social e a soberania nacional. Com a ascensão do regime militar, liderado pelo marechal Castelo Branco, foram implementadas medidas que restringiram severamente os direitos políticos e trabalhistas.

457

O governo revogou leis que protegiam os trabalhadores, como a que garantia estabilidade após dez anos de trabalho, substituindo-a pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que incentivava a rotatividade da força de trabalho. A política de arrocho salarial, que limitava os reajustes, visava maximizar a exploração da classe trabalhadora, resultando em salários inferiores ao valor da força de trabalho. Além disso, a ditadura instituiu uma lei antigreve que restringia o direito de greve, especialmente no setor público e em serviços essenciais, limitando a capacidade de mobilização dos trabalhadores. As medidas adotadas pelo regime, portanto, refletiram um caráter de classe que priorizava os interesses do capital, resultando em profundas consequências para os direitos e condições de vida dos trabalhadores no Brasil. O arrocho salarial foi uma das principais consequências da repressão, mas, nos anos 1970, o movimento sindical ganhou força, especialmente na região do ABC paulista, onde se formou uma nova classe operária disposta a contestar o modelo econômico da ditadura. Esse renascimento do sindicalismo, focado na luta por direitos e liberdades democráticas, levou a um

período de avanço social e político entre 1979 e 1989. As conquistas dos trabalhadores incluíram a liberdade de organização sindical, redução da jornada de trabalho, melhorias na licença maternidade e paternidade, e a criação de representantes dos trabalhadores nas empresas. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi criada em 1983, consolidando a ascensão do sindicalismo durante a década de 1980. Embora a sindicalização no Brasil continuasse baixa em comparação a outros países, a década de 1980 testemunhou um crescimento significativo das lutas sociais e um aumento no número de greves. Essas greves, embora motivadas por questões econômicas, também tinham uma dimensão política, desafiando a política econômica a serviço do capital. O período culminou na transição das lutas diretas para a arena eleitoral, onde, apesar da mobilização dos trabalhadores, Lula da Silva, candidato operário do PT, foi derrotado nas primeiras eleições diretas pós-golpe. (LARA; SILVA, 2015)

A partir de 1989, com a eleição de Collor, começou um período de retrocessos sociais caracterizado por altas taxas de desemprego. A classe burguesa manteve sua hegemonia com o apoio do capital internacional, enquanto os trabalhadores enfrentavam desmobilização interna e uma separação entre as lutas eleitorais e as mobilizações urbanas. A burguesia liberal tinha a intenção de romper decisivamente o contrato social estabelecido nos anos 1980, inicialmente com Collor, que foi deposto por um amplo movimento social e político em 1992. Posteriormente, essa ruptura se intensificou com Cardoso, que implementou políticas neoliberais durante seus oito anos de governo. (PETRAS, 1997; MATOS, 2010; ANTUNES, 2011).

458

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, houve um congelamento dos salários dos servidores públicos, cortes de direitos trabalhistas e uma redução da participação dos salários no PIB, que caiu de 45% em 1992 para 36% no final da década de 1990. Em contrapartida, os lucros das empresas aumentaram de 35% para 44%, exacerbando a concentração de riqueza e a "questão social". Isso resultou em menos empregos, aumento da miséria, arrocho salarial, desindustrialização e desnacionalização da economia. O governo também implementou políticas de precarização das relações de trabalho, como a quebra da estabilidade dos servidores e a criação de leis que favoreciam contratações temporárias e a negociação salarial sem a proteção estatal. Com os planos de estabilização, a ação sindical se adaptou às novas condições econômicas, enfrentando desafios como o fim da inflação e o aumento do desemprego, refletindo uma crise ideológica no movimento sindical. Apesar do

elevado número de greves, as dificuldades financeiras das empresas e o desemprego crescente limitavam a mobilização dos trabalhadores. (CANO, 2000)

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2002 após o desgaste do governo Cardoso, inicialmente adotou medidas que retiraram direitos previdenciários dos servidores públicos, em resposta a exigências do Banco Mundial. Apesar de trazer esperança de mudança, Lula manteve uma política macroeconômica neoliberal, alinhando-se ao capital financeiro e ao FMI. Com a recuperação da economia global a partir de 2004, o Brasil viu uma melhoria na distribuição de renda e um aumento do salário-mínimo, o que fortaleceu o apoio social a Lula. No entanto, a concentração de renda persistiu e a exploração dos trabalhadores continuou refletindo uma relação de superexploração no contexto capitalista dependente do país. A taxa de rotatividade no mercado de trabalho era alta, e a maior parte das novas vagas geradas estava na faixa de até 1,5 salário-mínimo. A tentativa de flexibilização dos direitos trabalhistas foi uma constante, culminando na proposta de um Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico, que priorizava negociações diretas entre patrões e empregados. A Confederação Nacional da Indústria apresentou propostas de modernização trabalhista que ameaçavam direitos fundamentais. (LARA; SILVA, 2015)

A agenda neoliberal continuou a impactar negativamente os trabalhadores, levando a um aumento nas greves e mobilizações sociais, especialmente em 2013, quando manifestações em larga escala expressaram insatisfação com questões como transporte, saúde e educação. A crescente mobilização foi impulsionada por três fatores: lutas globais do trabalho, o descontentamento gerado pelas jornadas de junho de 2013 e a indignação com os gastos da Copa do Mundo. Após 2014, podemos destacar que crise econômica e social impactou a reeleição do Presidente Dilma Rousseff e a subsequente ascensão do neofascismo sob Jair Bolsonaro. A partir de 2014, o PT enfrentou um declínio de apoio em suas bases tradicionais, exacerbado pela crise econômica e manifestações anticorrupção que mobilizaram uma nova direita. Em 2015 e 2016, as manifestações contra o governo foram predominantemente apoiadas pela classe média, em contraste com as mobilizações de 2013, que contaram com maior participação de grupos de menor renda. (MATTOS, 2022)

O impeachment de Dilma, sustentado por um discurso de combate à corrupção e impulsionado pela operação Lava Jato, evidenciou uma manobra política que culminou na ascensão de Michel Temer, cujas políticas de austeridade geraram descontentamento e agravaram a crise social. A prisão de Lula foi um fator decisivo para impedir a volta do PT ao

poder nas eleições de 2018, criando um vácuo que Bolsonaro preencheu com um discurso anti-PT. Bolsonaro, ao se apresentar como um outsider, ganhou apoio em meio a uma crise de legitimidade e fez alianças com setores militares e paramilitares, promovendo políticas de segurança pública que priorizavam a violência estatal. O Brasil vivenciou um momento de desintegração das alianças sociais tradicionais, propiciando a ascensão de soluções autoritárias e de líderes carismáticos. O resultado foi uma degradação social acentuada, caracterizada por altas taxas de desemprego e pobreza, ao mesmo tempo em que o governo de Bolsonaro reforçava a lógica da violência e da repressão. (ibidem, 2022). Mesmo após a eleição de 2022, com retorno do presidente Lula, com esperança novamente em avançarmos com as questões sociais e direitos, a classe trabalhadora encontra-se fadada à ideologia capitalista neoliberal de superexploração do trabalho, e é nesse contexto que surge em 2023 o movimento VAT, Vida Além do Trabalho.

O movimento VAT, foi criado pelo Rick Azevedo (atualmente o fundador do movimento foi eleito Vereador do Estado do Rio de Janeiro – PSOL), em 2023, quando ele em um momento de exaustão pelo trabalho faz um vídeo em suas redes sociais afirmando que a escala 6x1 deveria acabar, a escala 6x1 é muito comum atualmente no Brasil, trata-se daquela na qual o trabalhador labora por 6 dias consecutivos e folga 1 dia, fazendo com que esse trabalhador tenha apenas um dia da semana para descanso, lazer, manutenção da sociabilidade, entre outros. No vídeo, que ultrapassou 500 mil visualizações, ele diz: “Quero saber quando é que nós, da classe trabalhadora, iremos fazer uma revolução nesse país relacionada à escala 6x1. É uma escravidão moderna. Se a gente não se revoltar, colocar a boca no mundo, meter o pé na porta, as coisas não vão mudar.”

460

A escala 6x1 é considerada por Rick Azevedo, como uma perpetuação da herança escravocrata presente na classe dominante brasileira, pois explora a classe trabalhadora quase que em sua totalidade. É trivial perceber que apenas um dia de descanso após seis dias consecutivos de trabalho não é o suficiente para manutenção de uma vida saudável, física, social e mentalmente, do ser humano. O movimento VAT aborda em sua rede social, os custos da escala 6x1, como resultados da combinação perigosa entre pressão por manter o emprego com ausência de tempo para cuidados necessários, entre eles: O distanciamento da família,

relacionamentos abalados pela falta de manutenção, falta de tempo para cuidar de si, ansiedade, insônia, depressão.

Após viralizar, Rick criou um abaixo-assinado com intuito de levar essa questão ao Legislativo. Em sua petição pública ele declara:

Nós, cidadãos e cidadãs preocupados com as condições de trabalho no Brasil, vimos por meio deste abaixo-assinado expressar nossa profunda inquietação em relação à atual situação dos trabalhadores brasileiros e solicitar uma revisão na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com o objetivo de proporcionar uma vida além do trabalho, como preconizado pelo Movimento É de conhecimento geral que a jornada de trabalho no Brasil frequentemente ultrapassa os limites razoáveis, com a escala de trabalho 6x1 sendo uma das principais causas de exaustão física e mental dos trabalhadores. [...] Nesse sentido, instamos a Câmara Federal a considerar as seguintes ações:

Revisão da escala de trabalho 6x1 e a implementação de alternativas que promovam uma jornada de trabalho mais equilibrada, permitindo que os trabalhadores desfrutem de tempo para suas vidas pessoais e familiares.

Debate público aberto e transparente, envolvendo representantes dos trabalhadores, empregadores e especialistas em direitos laborais, para encontrar soluções viáveis e justas que melhorem as condições de trabalho no Brasil.

Criação de políticas de proteção ao trabalhador que incluam o direito a férias regulares, licença parental, limitação de horas extras, entre outras medidas que promovam a saúde física e mental dos empregados.

Fiscalização rigorosa para garantir o cumprimento das novas regulamentações trabalhistas e a punição de empresas que desrespeitem os direitos dos trabalhadores.

Além disso, queremos ressaltar que o influenciador Ricardo Azevedo se propõe a fazer uma visita à Câmara Federal para conversar com um dos representantes, a fim de contribuir com informações e perspectivas valiosas sobre a situação dos trabalhadores no Brasil. Ele está disposto a participar construtivamente desse diálogo e oferecer sua experiência em prol de melhores condições de trabalho para todos os brasileiros. Tudo o que é necessário para viabilizar essa visita é um convite formal.

O Movimento VAT e todos os signatários deste abaixo-assinado acreditam que é possível alcançar um equilíbrio entre vida profissional e pessoal no Brasil. Esperamos que nossas preocupações sejam levadas a sério e que medidas concretas sejam adotadas para criar um ambiente de trabalho mais humano e justo.

Pedimos que Vossas Excelências considerem nossos apelos e trabalhem em prol do bem-estar dos trabalhadores brasileiros. Acreditamos que juntos podemos construir um futuro em que a vida vá além do trabalho. (PETIÇÃO PÚBLICA)

Rick Azevedo e apoiadores do movimento VAT fizeram diversos atos públicos, indo às ruas panfletando em algumas das grandes cidades do Brasil como Rio de Janeiro/RJ; São Paulo/SP; Fortaleza/CE, com isso, e através de parcerias com influenciadores digitais, canais de comunicação digitais e com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em um evento em conjunto com o curso de Turismo da Universidade, sendo assim com a popularização do movimento, o abaixo-assinado causou grande comoção e alcançou diversos trabalhadores,

chegando, até o momento, a mais de um milhão e trezentos mil assinaturas, e, continuam a se articular para alcançar o maior número de assinaturas possíveis, pois, no Brasil, ao atingir 1,5 milhão de assinaturas o Congresso Nacional é obrigado a analisar a proposta contida na petição.

Além disso, a Deputada Federal Erika Hilton (PSOL), solicita através do REQ 82/2024, uma audiência pública para debater a redução da jornada de trabalho e o fim da jornada 6x1, junto ao Movimento Vida Além do Trabalho. Na justificativa do requerimento, Erika Hilton (PSOL) afirma que é necessário discutir em 2024 reformas na legislação trabalhista, refletindo o apoio da sociedade, considerando que a escala 6x1 contribui para a exaustão física e mental dos trabalhadores, prejudicando sua saúde e vida familiar. Propondo uma audiência pública, a intenção é avaliar a viabilidade técnica da jornada 4x3, com base em empresas brasileiras que adotaram essa redução sem corte salarial, ainda salienta que é necessária presença do Movimento VAT na audiência, para abordar a jornada 6x1 em nível legislativo e executivo.

A proposta não obteve uma resposta positiva dos Deputados neoliberais, o posicionamento dos Deputados do PL, por exemplo, foi baseado na perspectiva de que o fim da escala 6x1 poderia gerar uma queda na economia, desempregos em massa e que a solução para pobreza é o trabalho excessivo, não o contrário. Destaco como exemplo a fala do Deputado Marco Feliciano (PL), ao pedir que seja descartado o REQ 82/2024, o qual solicita a audiência pública para debater o fim da escala 6x1: Eu acho isso uma excrescência, pessoalmente acredito que o ser humano é digno do seu trabalho, e todo trabalho dignifica o homem, e temos um país que precisa crescer, e só ocorre crescimento com o trabalho, e vejo em países maduros como EUA, quantas pessoas trabalham até a exaustão para alcançar a prosperidade e riqueza, a ação social que o Governo pode fazer é dar ao povo trabalho.

462

Com isso, fica claro que a racionalidade neoliberal presente no discurso do próprio Marco Feliciano, apesar de reconhecer que o crescimento do país só ocorre através do trabalho, defende que a classe trabalhadora trabalhe até a exaustão, como ferramenta para alcançar a sua ascensão econômica, que o trabalho irá dignificar sua própria existência, e o melhor que o Estado pode fazer é garantir que esse povo trabalhe, quando na verdade o que defende é que o Estado garanta, não o trabalho, mas a superexploração desse trabalhador. Após a fala do Deputado Marco Feliciano (PL), Rick Azevedo declara em seu Instagram, que ele se promove na política por anos

com a narrativa de defender a família, e evidenciou em seu discurso que o que ele defende, na realidade, é a exploração das famílias.

Apesar da narrativa adotada pelos Deputados, ter alcançado positivamente alguns eleitores, as “preocupações” apontadas pelos mesmos, foi sendo rebatida por diversos atores, como por exemplo, Gilberto Nogueira Junior, popularmente conhecido como Gil do Vigor, Doutorando em Economia, salienta em um vídeo em seu Instagram, que: “Trabalhei por anos na escala 6x1 e era muito cansativo, havia um desgaste psicológico e emocional gigante, e quando falam sobre o impacto na economia, precisamos entender que, existe uma curva na economia que fala da relação do trabalho e do lazer, que o lazer e o descanso aumentam a produtividade. Além disso, o fim da escala 6x1, pode diminuir a rotatividade de funcionários nas empresas, diminuindo os custos transacionais, porque o funcionário que possui uma boa relação trabalho x descanso, está mais propenso a se manter naquele emprego, e isso aumenta a saúde econômica de empresa”.

Oliveira (2023) destaca que a redução da jornada de trabalho pode ser realizada de duas formas principais: diminuindo as horas diárias para 6, criando uma jornada de meio período, ou adotando o modelo 4x3, com 4 dias de trabalho e 3 de descanso. E apresenta algumas empresas brasileiras que implementaram essa mudança sem reduzir os salários obtiveram resultados positivos:

Efi: Banco digital que adotou a jornada 4x3 após um ano de testes. Os resultados foram significativos, com 96% dos funcionários dizendo ter equilíbrio entre vida pessoal e profissional, aumento na qualidade do trabalho e redução de saídas de funcionários.

Vockan Consulting: Empresa de sistemas ERP que também adotou a jornada 4x3 em 2022. A mudança aumentou a satisfação dos funcionários (de 54% para 70%) e a produtividade em 23%, além de melhorar o bem-estar geral da equipe.

Zee.Dog: Multinacional do setor pet, implantou a jornada 4x3 em 2020. A mudança permitiu maior equilíbrio entre vida pessoal e profissional, além de melhorar a produtividade e a dinâmica de trabalho, especialmente nas equipes criativas.

Rick Azevedo, em conjunto com a Deputada Federal Erika Hilton (PSOL), protocolou no dia 01/05/2024 uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), a PEC, em processo de assinatura dos debutados para tramitação, a qual necessita da assinatura de no mínimo 171 debutados para próxima etapa, até o dia 07/11/24, a PEC obtinha 71 assinaturas (a quantidade de assinaturas é atualizada semanalmente no Instagram do Rick Azevedo e do Movimento VAT), e após alguns canais de comunicação como o Portal do Holanda (2024), noticiarem que os Deputados do PL estavam se recusando a assinar a PEC pelo fim da escala 6x1, houve uma revolta popular a respeito do posicionamento dos Deputados, fazendo com que a discussão

alcançasse um número cada vez maior de pessoas. Após esse segundo momento de “viralização” nas redes sociais, o debate se tornou mais evidente na população e alcançou a classe trabalhadora em massa, fazendo com que houvesse uma grande movimentação impulsionada pelo Movimento VAT, em pressionar os Deputados Federais a assinarem a PEC, com isso, do dia 07/11/24 ao dia 13/11/2024, a PEC passou de 71 assinaturas para 198, ultrapassando o número de assinaturas necessárias para tramitação da PEC.

Em conjunto com o aumento das assinaturas na PEC, as assinaturas na petição pública também tiveram um grande salto em um curto período, considerando que no dia 07/11/24 havia 1,3 milhões de assinaturas, e no dia 13/11/2024 ultrapassavam 2,5 milhões de assinaturas. A intenção do Movimento VAT é provocar o debate no Legislativo através de todas as esferas possíveis, demonstrando a importância da temática e comoção da população, e tornando inevitável, apesar da clara resistência dos representantes neoliberais, a discussão a respeito da necessidade de reformulação de políticas públicas relacionadas ao trabalho.

O discurso neoliberal que obtém hegemonia sobre a classe trabalhadora alienada, que ainda defende a perspectiva da classe dominante, é de que essa luta é contrária ao trabalho, quando na verdade, a proposta pelo fim da escala 6x1 não busca o fim do trabalho, não está, em momento algum, relacionado ao não trabalho, pelo contrário, busca a garantia de que o trabalhador tenha condições de trabalhar e viver, não viver pelo trabalho nessa inacabável luta pela ascensão econômica e social pautada, na verdade, na reprodução e manutenção da classe dominante.

O poder que a narrativa neoliberal exerce sobre a classe trabalhadora alienada fica evidente pela perpetuação dessa racionalidade, e revela a necessidade de movimentos fincados e levantados pela própria classe trabalhadora, com a esperança, de que através do exemplo pela experiência, pela vivência, pelo conhecimento empírico, alcance e sensibilize aqueles que foram alienados pelo discurso hegemônico do Capital.

A exemplificação do Movimento VAT, torna evidente que tal esperança, não é utópica, pois através da organização feita por pessoas que vivenciaram os malefícios da superexploração da classe trabalhadora, houve um despertar dessa classe na cobrança e luta por seus direitos, e tornou claro, para qualquer um que duvide, que a classe trabalhadora, por meio da coletividade, possui forças suficientes e necessárias para a reformulação de políticas públicas, ainda que a luta esteja apenas no início, ainda que em um contexto neoliberal, o poder de transformar a realidade da classe trabalhadora, está em sua própria união.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto buscou observar as implicações da superexploração do trabalho na sociedade capitalista contemporânea. As discussões expostas são fundamentadas nas teorias de Marx e em interpretações atuais sobre a alienação e precarização do trabalho, bem como na relação intrínseca entre o Capital e a intensificação das jornadas. O artigo enfatiza inicialmente, a evolução dos modelos de trabalho, incluindo o impacto de paradigmas como o Taylorismo, Fordismo e Toyotismo, e aborda como tais modelos perpetuaram a alienação do trabalhador pelo capitalismo neoliberal.

Ao verificarmos, brevemente, as consequências através da perspectiva da aceleração do tempo pelo trabalho, podemos concluir que existe urgência de uma reavaliação das condições de trabalho frente à era neoliberal e que a superação dos desafios levantados no artigo só será possível com políticas públicas inclusivas e mudanças estruturais profundas, que priorizem o bem-estar do trabalhador e respondam às demandas de movimentos sociais emergentes. A classe trabalhadora deve se organizar para alcançar visibilidade a fim de causar mudanças estruturais e fomentar criação de políticas públicas, tal fenômeno depende também da quebra da alienação daqueles que mesmo explorados, defendem os ideais neoliberais e capitalistas.

Em seguida, é descrito de forma sucinta momentos na história recente do Brasil na qual a classe trabalhadora passa por processos de perda de direitos e mesmo com alguma esperança em governos mais populistas, atualmente, o Estado mantém seu papel com excelência ao garantir que o Capital se reproduza exponencialmente, através da superexploração do trabalho. Sendo assim, movimentos como o VAT, tornam-se de necessidade extrema, como ferramenta para resistir de forma gradativa à essa exploração, e apesar de longa a jornada pelo fim da escala 6x11, o Vida Além do Trabalho segue em busca de estratégias para fomentar debates e, com isso, alcançar uma reestruturação de políticas públicas de trabalho.

O movimento VAT revela como as redes sociais e a mobilização coletiva são usadas como ferramentas para articular a resistência contra a exploração trabalhista, demonstrando uma nova via de participação popular e luta por direitos trabalhistas na era digital, e apesar das inovações e tecnologias auxiliarem no processo de conscientização da maior quantidade possível de pessoas, não devemos deixar que a individualidade proposta pelo neoliberalismo na contemporaneidade globalizada apague rápida e violentamente essa chama de esperança por uma classe unida na luta por seus direitos. Uma ideia deve sempre estar presente nessa luta

contra a classe dominante, e é da coletividade, e não individualização. Apenas unida a classe trabalhadora causará mudanças estruturais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 7. reimp. São Paulo: Boitempo, 2005b.

BRAVERMAN, H. (1987). Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara

BOITO, Armando 2004 “Relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro” em Congrès Marx International IV (Francia).

CABRALES SALAZAR, O. (2012). A aceleração do tempo em relação à idéia de progresso e à crise do trabalho. *Entramado*, 8 (2), 106-122.

CANO, W. Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo: Eds. da Unesp/Unicamp, 2000

COSTA, J. A. DA .. Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea. *Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, p. 371-375, maio 2010.

FILGUEIRAS, Luiz 2002 “Uma outra economia é possível” em *A Tarde* (Salvador) 17 outubro.

Filgueiras, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9 Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/Co5Filgueiras.pdf>

466

GRAMSCI, A. Conceção dialética da história. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GORZ, Andre. Miserias del presente, riqueza de lo possible. 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2003a.

HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Giachini, Enio Paulo. 2. 2017. Vozes, Petrópolis: 128

HARVEY, David. Condição pós-moderna. 6.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

LARA, R.; SILVA, M. A. DA .. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, n. 122, p. 275-293, abr. 2015.

LOPES, M. C. R.. Subjetividade e trabalho na sociedade contemporânea. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 7, n. 1, p. 91-113, mar. 2009.

MARTINS, H. T. Gestão de carreiras na era do conhecimento. São Paulo: Qualitymark, 2001.

Marx, K. (1989b). Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana. In F. Fernandes (Ed.), *Marx/Engels: Vol. 36. Grandes Cientistas Sociais. História* (pp. 146-181). São Paulo, SP: Ática.

NAVARRO, V.; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 14-20, 2007.

OLIVEIRA, Laysla Xavier de. Para além do relógio: um estudo sobre a viabilidade empresarial da redução da jornada de trabalho. Americana, 2023. 59 f. Monografia (Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial) – Faculdade de Tecnologia de Americana Ministro Ralph Biasi, Americana, SP.

PORTAL DO HOLANDA. Deputados do PL recusam assinar PEC que pede fim da escala 6x1 e geram revolta popular. Disponível em: <https://www.portaldoholanda.com.br/brasil/deputados-do-pl-recusam-assinar-pec-que-pede-fim-da-escala-6x1-e-geram-revolta-popular>. Acesso em: 16 nov. 2024.

RAMOS, M. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, C.; LEDA, D. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, dez. 2004.

RIBEIRO, C. D. S., & Leda, D. B. Sentidos atribuídos ao trabalho na sociedade contemporânea e as repercussões na subjetividade do trabalhador. *Revista Espaço Acadêmico*. (2018).

ROSSO, S. D. Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.